

COISAS DA POLÍTICA

DORA KRAMER

CPI-Documento

Complexo de Torquemada

Quanto mais se aproxima o momento em que o Congresso todo terá de se defrontar com a decisão de cortar a própria carne, mais tenso, pesado, estranho e soturno se torna o clima lá dentro. A CPI que termina hoje não é mais, há alguns dias, o único foco de nervosismo entre deputados e senadores, muito embora seja em torno dela e de seus resultados que os nervos se estiquem. Odios, inimizades, invejas, disputas paroquiais, tudo está vindo à tona devagar. Mas de uma maneira que parece irreversível e torna imprevisível o que acontecerá daqui para a frente até o momento final das cassações em plenário.

Muita gente pode ainda se salvar, mesmo estando no relatório de Roberto Magalhães, mas muita gente também vai se afundar de vez. Tudo dependerá das provas e da atuação dos advogados. Talvez nem tudo, porque, evidentemente, cada um dos acusados tem seus amigos, conhecidos, aliados, simpatizantes, cor-religionários. Diante desta ponderação, um líder partidário reagiu ontem violentamente e, com o dedo em riste em direção ao interlocutor, assegurou: "Isso não vai acontecer. Vamos nos ater exclusivamente aos fatos e ponto final. Todos, para nós, valem o mesmo. Chamem-se João Alves, Ibsen Pinheiro, Ricardo Fiúza ou José Geraldo."

O discurso, ainda mais quando feito em tom inflamado, é bonito, justo e coerente. Só que um tanto distante da realidade, do terra-a-terra, do pé no chão, do vamos ver, que vai colocar os congressistas na posição de carrascos de camaradas de profissão. Não é assim tão fácil como foi com Fernando Collor. Bem ou mal o Congresso estava pouco se importando com o destino de Collor. Aliás, até mesmo quem fingia que lhe dava apoio deu graças a Deus de se ver livre do arrogante presidente que sempre dedicou aos políticos o desprezo típico dos ignorantes. A sessão pública de votação do impeachment, na Câmara, foi um prazeroso happening. Baixar o chicote nas próprias costas é muito mais duro.

Pois um sentimento de desconforto começa a tomar conta de várias cabeças no Parlamento. Tem gente com medo do papel de inquisitor e, a priori, já assalta a algumas almas o complexo de Torquemada. Isso não significa que a tendência da Câmara e do Senado é de distribuir atestados de inocência a torto e a direito. É apenas uma constatação de um momento difícil, intimamente complicado, que viverão esses homens e mulheres que não foram eleitos para atuarem como juizes, e

não têm aptidão nem gosto natural para a tarefa. As circunstâncias os levaram a essa situação e, agora que começa a chegar perto a hora da verdade, os dilemas afloram com intensidade.

O grupo de amigos de Ibsen Pinheiro, por exemplo. Não há, entre eles, quem tenha a certeza da inocência do deputado, mas nenhum está imbuído da convicção irrefutável de sua culpa. "Acho que ele transgrediu, mas torço para que consiga, na comissão, provar que não", diz um desses amigos. Outro, que nem amigo de Ricardo Fiúza era, convenceu-se de sua inocência na noite de quarta-feira. "No Orçamento ele está limpo, mas agora não se pode mais recuar e Fiúza vai mesmo para o relatório", contava ontem o deputado, liderança expressiva da ala esquerda do Congresso. Ele antecipou que, em plenário, não votará pela cassação de Fiúza.

Na segunda-feira, de acordo com o relato de um representante da bancada petista, três deputados disseram a ele que não cassariam ninguém porque Miguel Arraes não havia entrado na lista dos investigados. Os três viram aí prevalecer o critério de dois pesos e duas medidas e resolveram não legitimar nada e absolver a todos por antecipação. Deve haver os que assim agirão, também porque ficou de fora a deputada Roseana Sarney. A respeito dela, a CPI não se deu ao trabalho nem de verificar, aqui perto em Brasília mesmo, no Lago Sul, se o presente que recebeu da empreiteira Norberto Odebrecht era um calendário de papelão ou um Manabu Mabe. Tão ágil para apreender documento da casa do diretor da Odebrecht, o senador José Paulo Bisol não demonstrou a mesma ligeireza no caso de Roseana.

Todas essas contradições começam a ser muito, e a cada dia que passa mais, comentadas entre a massa de deputados que terão, de verdade, o poder de vida e de morte política sobre os acusados da CPI. É preciso notar que a luta agora se dará em campo ampliado. Não se está falando mais de um grupo de parlamentares especiais, escolhidos a dedo por seus partidos para integrar a CPI. O assunto passa para as mãos da maioria silenciosa que ninguém nunca sabe direito o que está pensando nem que tipo de questões pessoais leva em conta. Até porque imaginar que nada será levado em consideração, a não ser as provas, é imaginar que caiba a Roberto Magalhães — que recusou-se a relatar o caso de Ricardo Fiúza por causa da política pernambucana — a exclusividade da ligação à província.